

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:

A Administração do Banco Pecunia S.A. submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras acompanhadas do respectivo relatório dos Auditores Independentes, relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015. São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (em milhares de reais)**

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>66.269</b>	<b>105.143</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.649</b>	<b>33.344</b>
DISPONIBILIDADES	4	686	192	DEPÓSITOS	14	-	302
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	61.066	94.828	DEPÓSITOS À VISTA		-	302
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		61.066	94.828	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>1.649</b>	<b>33.042</b>
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		276	444	COBRANÇA E ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMBLHADOS		-	1
CRÉDITOS VINCULADOS		1	6	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	197	25.469
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES		275	438	DIVERSAS	9.c)	1.452	7.572
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.072	9.405	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>63.699</b>	<b>49.911</b>
SETOR PRIVADO	7	7.327	18.375	OUTRAS OBRIGAÇÕES		<b>63.699</b>	<b>49.911</b>
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(3.255)	(8.970)	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	45.932	41.889
OUTROS CRÉDITOS	9.a)	90	-	DIVERSAS	9.c)	17.767	8.022
DIVERSOS		90	-	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	15	47	160
OUTROS VALORES E BENS		79	274	RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		47	160
OUTROS VALORES E BENS		-	11	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>57.406</b>	<b>98.672</b>
DESPESAS ANTECIPADAS	10	79	263	CAPITAL SOCIAL DE DOMICILIADOS			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>56.532</b>	<b>69.316</b>	NO PAÍS	16	555.535	561.596
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	10.111	5.117	RESERVAS DE CAPITAL	22	-	221
CARTEIRA PRÓPRIA		10.111	5.117	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		-	180
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.440	5.608	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(13)	(1)
SETOR PRIVADO	7	2.195	9.520	PREJUÍZOS ACUMULADOS		(498.116)	(463.324)
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(755)	(3.912)	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>122.801</b>	<b>182.087</b>
OUTROS CRÉDITOS	9.a)	44.966	58.505				
DIVERSOS		44.966	58.505				
OUTROS VALORES E BENS		15	86				
OUTROS VALORES E BENS		37	37				
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE OUTROS VALORES E BENS	10	(37)	(37)				
DESPESAS ANTECIPADAS	10	15	86				
<b>PERMANENTE</b>		<b>-</b>	<b>7.628</b>				
INVESTIMENTOS	12	-	6.146				
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS		-	6.146				
NO PAÍS		-	6.146				
OUTROS INVESTIMENTOS		-	59				
PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS		-	(59)				
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	13	<b>-</b>	<b>1.435</b>				
IMÓVEIS DE USO		-	207				
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO		-	804				
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		-	5.925				
DEPRECIACÕES ACUMULADAS		-	(5.501)				
<b>DIFERIDO</b>		<b>-</b>	<b>47</b>				
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO		-	1.129				
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO		-	(1.082)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>122.801</b>	<b>182.087</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (em milhares de reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>423.596</b>	<b>870</b>	<b>211</b>	<b>(2)</b>	<b>(333.447)</b>	<b>91.228</b>
Aumento de Capital Social homologado pelo Bacen em 02/09/2015 e 23/12/2015	138.000	-	-	-	-	138.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Plano de pagamento baseado em ações	-	(649)	-	-	-	(649)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(31)	-	31	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(129.908)	(129.908)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>561.596</b>	<b>221</b>	<b>180</b>	<b>(1)</b>	<b>(463.324)</b>	<b>98.672</b>
Redução de Capital Social homologado pelo Bacen em 12/09/2016	(6.061)	-	-	-	-	(6.061)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(12)	-	(12)
Plano de pagamento baseado em ações	-	(221)	-	-	-	(221)
Variáveis Patrimoniais	-	-	(180)	-	332	152
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(35.124)	(35.124)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>555.535</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>(498.116)</b>	<b>57.406</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016</b>	<b>561.596</b>	<b>208</b>	<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>(488.161)</b>	<b>73.638</b>
Redução de Capital Social homologado pelo Bacen em 12/09/2016	(6.061)	-	-	-	-	(6.061)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(8)	-	(8)
Plano de pagamento baseado em ações	-	(208)	-	-	-	(208)
Variáveis Patrimoniais	-	-	-	-	211	211
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(10.166)	(10.166)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>555.535</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>(498.116)</b>	<b>57.406</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** - O Banco Pecunia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. As captações, quando necessárias, vêm sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo. Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do Banco Pecunia decidiu pelo encerramento de suas operações, deixando de conceder novos empréstimos. O encerramento das operações vem ocorrendo através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, e por alienações de certos ativos. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Em 01/08/2016 a Administração do Banco Pecunia aprovou a cisão da Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. a qual foi incorporada pelo Banco Caciue na mesma data. A cisão foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. O acervo cindido, na data de referência, estava composto por:

	Acervo em 31/12/2015	Acervo em 01/08/2016	Varição Patrimonial
<b>Ativos</b>	<b>6.462</b>	<b>6.058</b>	<b>(404)</b>
BNDU	-	33	33
Investimento em controlada (Credial)	6.146	6.025	(121)
Imóveis de uso	316	-	(316)
<b>Passivos</b>	<b>(6.462)</b>	<b>(6.269)</b>	<b>193</b>
Capital Social	(6.061)	(6.061)	-
Reservas de capital - Plano de ações	(221)	(208)	13
Reservas de reavaliação	(180)	-	180
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(211)</b>	<b>(211)</b>

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Embora o Banco esteja em fase de encerramento das operações, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme princípio de continuidade. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: **a) CPC 01** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; **b) CPC 03** - Demonstrações de fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08; **c) CPC 05** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; **d) CPC 10** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; **e) CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11; **f) CPC 24** - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11; **g) CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; **h) CPC 33** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.424/15; e, **i) Pronunciamento Conceitual Básico (R1)** - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 13 de fevereiro de 2017.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda"

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em milhares de reais - exceto prejuízo líquido por ação)**

	2º Semestre	2016	2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>7.344</b>	<b>16.625</b>	<b>168.069</b>
Operações de crédito	2.667	6.467	159.483
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.677	10.158	8.586
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(287)</b>	<b>(1.011)</b>	<b>(172.780)</b>
Operações de captação no mercado	-	(4)	(97.859)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	(95.017)
(Provisão)/Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(287)	(1.007)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>7.057</b>	<b>15.614</b>	<b>(4.711)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(16.622)</b>	<b>(50.105)</b>	<b>(125.104)</b>
Receitas de tarifas bancárias	25	72	11.258
Despesas de pessoal	(697)	(1.816)	(1.765)
Outras despesas administrativas	19	(5.753)	(24.520)
Despesas tributárias	(418)	(932)	(6.027)
Resultado de participação em controlada	12	(1.912)	(7.041)
Outras receitas operacionais	20	2.539	6.263
Outras despesas operacionais	21	(10.406)	(22.131)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(9.565)</b>	<b>(34.491)</b>	<b>(129.815)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(601)</b>	<b>(633)</b>	<b>(93)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO</b>	<b>(10.166)</b>	<b>(35.124)</b>	<b>(129.908)</b>
<b>PREJUÍZO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO</b>	<b>(10.166)</b>	<b>(35.124)</b>	<b>(129.908)</b>
<b>PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>(0,01671)</b>	<b>(0,05772)</b>	<b>(0,21119)</b>
Número de ações	608.489.004	608.489.004	615.127.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (em milhares de reais)**

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2016	2016	2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
<b>PREJUÍZO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>(10.166)</b>	<b>(35.124)</b>	<b>(129.908)</b>
<b>Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:</b>			
Depreciações e amortizações	10.023	23.478	(2.043)
Provisão/ (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	204	702	726
Provisão / (Reversão) com processos judiciais	287	1.007	(20.096)
Resultado de participação em controladas	7.139	14.108	(336)
Alienação e Baixas por obsolescência do imobilizado	1.832	7.041	18.277
Plano de pagamento baseado em ações	566	701	35
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	(208)	(221)	(649)
<b>Prejuízo Líquido Ajustado</b>	<b>143</b>	<b>(11.646)</b>	<b>(131.951)</b>
<b>Varição de ativos e passivos</b>	<b>(558)</b>	<b>(14.745)</b>	<b>82.271</b>
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários	(4.657)	(4.994)	1.420
(Aumento) / Redução em relações interdependências e interfinanceiras	(173)	168	817
Redução em operações de crédito	3.662	8.494	785.044
Redução / (Aumento) em outros créditos	566	13.449	(983)
Redução em outros valores e bens	70	266	39.289
Redução de depósitos	-	(302)	(694.070)
Aumento / (Redução) em outras obrigações	13	(31.713)	(34.127)
Redução em resultados de exercícios futuros	(39)	(113)	(15.119)
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(701)</b>	<b>(26.391)</b>	<b>(49.680)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Redução / (Aumento) de capital em Controlada	-	(7.000)	(20.000)
Aquisição de imobilizado de uso	-	(9)	(10)
Alienação de imobilizado de uso	49	49	-
Baixas no diferido	39	39	-
Redução em investimento	6.105	6.105	-
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS / (USADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>6.193</b>	<b>(816)</b>	<b>(20.010)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
(Redução) / Aumento de capital	(6.061)	(6.061)	138.000
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) / PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(6.061)</b>	<b>(6.061)</b>	<b>138.000</b>
<b>(REDUÇÃO) / AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(569)</b>	<b>(33.268)</b>	<b>68.310</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>62.321</b>	<b>95.020</b>	<b>26.710</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE / EXERCÍCIO (nota explicativa n.º 4)</b>	<b>61.752</b>	<b>61.752</b>	<b>95.020</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias, e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas com atras

(continuação)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Em milhares de reais)**

operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. **f) Investimentos** - As participações em controlada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **g) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa n.º 13 e compatíveis com o tempo da vida útil econômica dos bens. **h) Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguéis. **i) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores. **j) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período. **k) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN e atualizados monetariamente. **m) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%, de acordo com a Lei n.º 13.169 de 06 de outubro de 2015. **n) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Societé Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal "pro rata" ao período de carência, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro. **o) Lucro / (Prejuízo) por ação** - A divulgação do lucro/ (prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro/ (prejuízo) líquido do período pela quantidade total de ações.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2016	2015
Disponibilidades .....	686	192
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	61.066	94.828
<b>TOTAL</b> .....	<b>61.752</b>	<b>95.020</b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ** - Aplicações em depósitos interfinanceiros

Prazo .....	2016	2015
Até 3 meses .....	61.066	94.828
<b>Total</b> .....	<b>61.066</b>	<b>94.828</b>

Em 2016, o saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se à aplicações em CDI pré junto ao Banco Societé Générale com vencimento em janeiro de 2017 (janeiro de 2016, em 2015).

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado**

	2016		2015	
	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva
<b>Títulos e Valores Mobiliários:</b> ..	<b>10.111</b>	<b>10.136</b>	<b>5.117</b>	<b>5.119</b>
<b>Carteira Própria</b> .....	<b>10.111</b>	<b>10.136</b>	<b>5.117</b>	<b>5.119</b>
Títulos disponíveis para venda..	10.111	10.136	5.117	5.119
Letras financeiras do tesouro - LFT .....	10.111	10.136	5.117	5.119
<b>Total</b> .....	<b>10.111</b>	<b>10.136</b>	<b>5.117</b>	<b>5.119</b>

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda", perda no montante de R\$13 (R\$1 em 2015), está registrado no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos impostos. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

**b) Composição por prazo de vencimento**

	2016	2015
Títulos disponíveis para venda		
Acima de 1 ano .....	10.111	5.117
<b>Total</b> .....	<b>10.111</b>	<b>5.117</b>

**c) Composição por emissor**

	2016	2015
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo federal .....	10.111	5.117
<b>Total</b> .....	<b>10.111</b>	<b>5.117</b>

**d) Gerenciamento de riscos e de capital** - A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Societé Générale Brasil S.A. O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Grupo, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. I. Risco de crédito - o gerenciamento de Risco de Crédito do Grupo é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. II. Risco de mercado - o Grupo utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo com agilidade, transparência e alto grau de confiança. III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. IV. Risco operacional Conforme a Resolução BACEN n.º 3.380, de 29 de junho de 2006, o Grupo identifica e monitora a sua exposi-

ção ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro; vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular n.º 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela circular n.º 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN n.º 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela circular n.º 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão disponíveis nos sítios da internet do Banco Pecúnia S.A. e de seu controlador, seção Gestão de Riscos. V. Risco de capital - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e avaliação de seus impactos no capital. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as estruturas realizada através do Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado Grupo, que se reúne mensalmente.

**7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**
**a) Tipo de operação**

	2016	2015
Financiamento de veículos .....	9.522	27.847
Crédito pessoal consignado em folha .....	-	48
<b>Total</b> .....	<b>9.522</b>	<b>27.895</b>

Em 03 julho de 2015, o Banco Pecúnia assinou contrato de cessão de crédito, sem coobrigação, referente a parte substancial de sua carteira de Financiamento de Veículos, cuja efetivação ocorreu no 3º trimestre de 2015. O valor total da cessão foi de R\$ 506.667 com um prejuízo de R\$ 51.453.

**b) Composição da carteira por setor de atividade**

Setor privado:	2016	2015
Pessoas físicas .....	9.522	27.895
<b>Total</b> .....	<b>9.522</b>	<b>27.895</b>

**c) Composição da carteira por vencimento**

Prazo:	2016	2015
Carteira vencida à partir de 15 dias .....	1.808	4.033
Carteira a vencer até 3 meses .....	1.913	4.660
Carteira a vencer de 3 a 12 meses .....	3.606	9.682
Carteira a vencer de 1 a 3 anos .....	2.174	9.060
Carteira a vencer de 3 a 5 anos .....	21	460
<b>Total</b> .....	<b>9.522</b>	<b>27.895</b>

**d) Concentração da carteira de crédito**

	2016		2015	
	% sobre a Valor	% sobre a carteira	Valor	carteira
Principal devedor .....	31	0,33%	37	0,13%
10 seguintes maiores devedores..	231	2,43%	304	1,09%
20 seguintes maiores devedores..	369	3,88%	508	1,82%
50 seguintes maiores devedores..	755	7,93%	1.083	3,88%
100 seguintes maiores devedores	1.229	12,91%	1.802	6,46%
Demais devedores .....	6.907	72,52%	24.161	86,62%
<b>Total</b> .....	<b>9.522</b>	<b>100,00%</b>	<b>27.895</b>	<b>100,00%</b>

**e) Composição da carteira por nível de risco e provisionamento**

Nível	2016				Provisão
	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira	
A .....	2.868	-	2.868	30,12%	(14)
B .....	452	39	491	5,16%	(5)
C .....	694	81	775	8,14%	(23)
D .....	680	149	829	8,71%	(83)
E .....	375	112	487	5,11%	(146)
F .....	323	132	455	4,78%	(228)
G .....	239	113	352	3,70%	(246)
H .....	2.083	1.182	3.265	34,28%	(3.265)
<b>Total</b> .....	<b>7.714</b>	<b>1.808</b>	<b>9.522</b>	<b>100,00%</b>	<b>(4.010)</b>

Nível	2015				Provisão
	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira	
A .....	7.988	-	7.988	28,64%	(40)
B .....	1.545	99	1.644	5,89%	(16)
C .....	2.124	201	2.325	8,33%	(70)
D .....	1.384	224	1.608	5,76%	(161)
E .....	1.098	226	1.324	4,75%	(397)
F .....	792	235	1.027	3,68%	(514)
G .....	761	224	985	3,53%	(690)
H .....	8.170	2.824	10.994	39,42%	(10.994)
<b>Total</b> .....	<b>23.862</b>	<b>4.033</b>	<b>27.895</b>	<b>100,00%</b>	<b>(12.882)</b>

**f) Renegociação** - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de operações de crédito renegociadas no exercício foi de R\$ 6.058. Não houve renegociações em 2016.

**c) Movimentação das provisões com processos judiciais, administrativos e obrigações legais**

	2016			2015				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial .....	41.782	5.096	2.926	49.804	43.030	2.937	4.173	50.140
Constituições (1) .....	4.466	9.388	1.109	14.963	4.139	2.278	91	6.508
Reclassificações .....	-	-	-	-	220	-	(220)	-
Reversão de provisão (2) .....	(316)	(205)	(547)	(1.068)	(5.607)	(119)	(1.118)	(6.844)
<b>Saldo final</b> .....	<b>45.932</b>	<b>14.279</b>	<b>3.488</b>	<b>63.699</b>	<b>41.782</b>	<b>5.096</b>	<b>2.926</b>	<b>49.804</b>
<b>Depósitos em garantia - outros créditos (3)</b>	<b>39.863</b>	<b>1.401</b>	<b>2.594</b>	<b>43.858</b>	<b>36.580</b>	<b>2.056</b>	<b>2.502</b>	<b>41.138</b>

(1) nota explicativa n.º 21, (2) nota explicativa n.º 20 - (Em 2016 inclui R\$ 213 referente a honorários fiscais), (3) nota explicativa n.º 9 a.

**d) O detalhamento das provisões, obrigações legais e dos riscos por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é o seguinte:**

Obrigações fiscais e previdenciárias	2016		2015	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
<b>Perdas</b>				
Obrigações legais .....	36.968	36.968	-	-
Prováveis .....	8.964	8.964	14.279	14.279
Possíveis .....	809	-	124.340	-
Remotas .....	6.744	-	-	1.486
<b>TOTAL</b> .....	<b>53.485</b>	<b>45.932</b>	<b>138.619</b>	<b>14.279</b>

Obrigações fiscais e previdenciárias	2015		2015	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
<b>Perdas</b>				
Obrigações legais .....	33.360	33.360	-	-
Prováveis .....	8.422	8.422	5.096	5.096
Possíveis .....	2.370	-	30.455	-
Remotas .....	7.961	-	-	2.094
<b>TOTAL</b> .....	<b>52.113</b>	<b>41.782</b>	<b>35.551</b>	<b>5.096</b>

**e) Perdas prováveis e obrigações legais** - Legais, fiscais e previdenciárias. IRPJ e CSLL - R\$ 20.038 (R\$ 17.588 em 2015). Refere-se ao questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999. (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Aguarda-se desfecho dos embargos opostos.

**8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA** - A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2016	2015
<b>SALDO INICIAL</b> .....	<b>(12.882)</b>	<b>(78.946)</b>
(+) (Provisão) / Reversão constituída .....	(1.007)	20.096
(-) Baixas contra provisão .....	9.879	45.968
<b>SALDO FINAL</b> .....	<b>(4.010)</b>	<b>(12.882)</b>

Durante os exercícios foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 3.047 (R\$ 13.094 em 2015).

**9. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**
**a) Outros créditos - diversos**

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	22	-
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas (nota explicativa n.º 11 c) .....	1.401	2.056
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais (nota explicativa n.º 11 c) .....	39.863	36.580
Devedores por depósitos em garantia - recursos cíveis (nota explicativa n.º 11 c) .....	2.594	2.502
Impostos e contribuições a compensar .....	1.108	17.367
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa n.º 18 a) .....	49	-
Devedores diversos - País .....	19	-
<b>Total</b> .....	<b>45.056</b>	<b>58.505</b>

**Curto prazo**
**Longo prazo**
**b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias**

	2016	2015
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros....	30	49
Impostos e contribuições sobre salários .....	34	53
Imposto sobre serviços .....	-	24.993
PIS / COFINS .....	133	155
Provisão para imposto de renda diferido (nota explicativa n.º 17 c) .....	-	60
Provisão para contribuição social diferida (nota explicativa n.º 17 c) .....	-	47
Outros .....	-	219
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa n.º 11 b) ...	45.932	41.782
Imposto de renda e contribuição social .....	29.763	26.573
Provisão para outras contingências fiscais .....	8.964	8.422
PIS .....	7.205	6.787
<b>Total</b> .....	<b>46.129</b>	<b>67.358</b>
<b>Curto prazo</b> .....	<b>197</b>	<b>25.469</b>
<b>Longo prazo</b> .....	<b>45.932</b>	<b>41.889</b>

**c) Outras obrigações - diversas**

	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar - Fornecedores	161	596
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal .....	217	306
Provisão para contingências-Processos trabalhistas (nota explicativa n.º 11 b) (a) .....	14.279	5.096
Provisão para contingências-Processos cíveis (nota explicativa n.º 11 b) (b) .....	3.488	2.926
Provisão para pagamentos a efetuar - sociedades ligadas (nota explicativa n.º 18 a) .....	1.019	87
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa n.º 18 a) .....	-	6.251
Recebimentos a processar .....	55	332
<b>Total</b> .....		

(continuação)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Em milhares de reais)**

índice de 42,72% em janeiro/1989, com o reflexo de reflexo de 10,14% para fevereiro/1989, na correção monetária das demonstrações financeiras dessa sociedade no ano-base de 1989. Aguarda-se a execução fiscal, na qual serão apurados os valores referentes aos depósitos judiciais que serão convertidos em renda da União e levantados em nome do Banco Pecúnia. PIS – R\$ 1.136 (R\$1.043 em 2015). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 30 de junho de 1999. Aguardando julgamento. PIS – R\$ 6.069 (R\$5.744 em 2015). Refere-se ao questionamento declarando o direito de recolher o PIS, referente aos exercícios anteriores a 2000, apenas sobre as receitas de serviço. Conforme avaliação dos assessores legais do Banco a perda é possível, contudo os tributos estão provisionados como obrigação legal. IRPJ 1992 – R\$ 1.602 (R\$ 1.753 em 2015). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2012, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região. IRPJ e CSLL 1990 – R\$ 7.362 (R\$ 6.669 em 2015). Visa à declaração da inexistência do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região. Trabalhistas - São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas às causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. Cíveis - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se às operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas às causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

**12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**

	CREDIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	
	2016	2015
Capital social.....	-	27.133
Quantidade de cotas.....	-	2.038.000
Porcentagem da participação (%).....	0%	100%
Patrimônio líquido em 31 de Dezembro.....	-	6.146
(Prejuízo) / Lucro do exercício.....	(7.041)	(18.277)

**Informações da controlada:**

Capital social.....	-	27.133
Quantidade de cotas.....	-	2.038.000
Porcentagem da participação (%).....	0%	100%
Patrimônio líquido em 31 de Dezembro.....	-	6.146
(Prejuízo) / Lucro do exercício.....	(7.041)	(18.277)

**Movimentação dos investimentos:**

<b>Saldos no início do exercício.....</b>	<b>6.146</b>	<b>4.423</b>
Resultado de equivalência patrimonial.....	(7.041)	(18.277)
Aumento de Capital.....	7.000	20.000
Cisão do investimento (nota explicativa nº. 1).....	(6.146)	-
Variação patrimonial líquida de ajustes do exercício anterior.....	41	-
<b>Saldos no final do exercício.....</b>	<b>-</b>	<b>6.146</b>

**13. IMOBILIZADO**

	2015		
	Taxa anual de depreciação	Custo	Valor líquido
Terenos.....	-	78	78
Imoveis de Uso.....	4%	933	(695) 238
Instalações.....	10%	201	(199) 2
Móveis, máquinas e equipamentos de uso.....	10%	271	(198) 73
Sistemas de comunicação.....	10%	123	(72) 51
Sistemas de processamento de dados.....	20%	5.090	(4.143) 947
Sistemas de segurança.....	10%	240	(194) 46
<b>Total.....</b>		<b>6.936</b>	<b>(5.501) 1.435</b>

Em 31/12/2016 foram baixados para o resultado (rubrica Despesas não Operacionais ) o montante de R\$ 597 por perda na expectativa de benefícios futuros.

**14. DEPÓSITOS**

	2015	
	Sem vencimento	Total
Depósitos		
A vista.....	302	302
<b>Total.....</b>	<b>302</b>	<b>302</b>

**15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.**

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2016 o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$555.535 (R\$ 561.596 em 2015), estava representado por 608.489.004 (615.127.380 em 2015) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 01 de agosto de 2016, houve a Cisão Parcial do Banco Pecúnia, com versão da parcela cindida para o Banco Cacique S.A., o capital social do Banco Pecúnia S.A. foi reduzido em R\$ 6.061, líquido dos valores da reserva de capital e reserva de reavaliação, com cancelamento de 6.638.376 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 555.535 e o total de 608.489.004 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Esta redução foi homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 24 de agosto de 2015, houve aumento de capital de R\$ 48.000, mediante emissão de 60.000.000 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 471.596 e o total de 165.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 02 de setembro de 2015. Em 16 de dezembro de 2015, houve aumento de capital de R\$ 90.000, mediante emissão de 450.000.000 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 561.596 e o total de 615.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2015. **b) Distribuição de lucros** - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária. **c) Reserva de Capital** - Em 2015, representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 22. **d) Reserva Legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, o Banco não destinou parte do resultado do período para reserva legal.

**17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:**

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2016	2015	2016	2015
<b>Prejuízo Lucro antes do imposto de renda e da contribuição Social, líquido de participação estatutária.....</b>	<b>(35.124)</b>	<b>(129.908)</b>	<b>(35.124)</b>	<b>(129.908)</b>
Alíquota vigente.....	25%	25%	20%	20%
<b>IRPJ / CSLL de acordo com a alíquota vigente.....</b>	<b>8.781</b>	<b>32.477</b>	<b>7.025</b>	<b>25.982</b>
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias.....	2.028	571	1.623	457
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes.....	(2.353)	358	(1.882)	286
Prejuízo Fiscal e base negativa.....	(8.456)	(33.406)	(6.766)	(26.725)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Crédito Tributário não constituído no período.....</b>	<b>(6.428)</b>	<b>(32.835)</b>	<b>(5.143)</b>	<b>(26.268)</b>

**b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos**

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2016	2015	2016	2015
<b>Base de cálculo:</b>				
<b>Diferenças temporárias.....</b>	<b>279.470</b>	<b>72.063</b>	<b>279.470</b>	<b>72.063</b>
- provisão para créditos de liquidação duvidosa (**).....	210.534	12.882	210.534	12.882
- provisão para contingências.....	63.699	49.804	63.699	49.804
- ajuste a valor de mercado.....	(25)	(2)	(25)	(2)
- amortização do ágio.....	5.015	8.775	5.015	8.775
- demais.....	247	604	247	604
<b>Prejuízos fiscais.....</b>	<b>178.298</b>	<b>150.066</b>	<b>178.298</b>	<b>150.066</b>
<b>Total.....</b>	<b>457.768</b>	<b>222.129</b>	<b>457.768</b>	<b>222.129</b>

Alíquota do imposto de renda e da contribuição social..... 25% 25% 20% 20%  
**Crédito tributário fiscal.....** 114.442 55.532 91.554 44.426  
 Crédito tributário não constituído (\*). 114.442 55.532 91.554 44.426

(\*) Em 31 de dezembro de 2016, os benefícios do imposto de renda (25%) e da contribuição social (20%) acumulados, seriam respectivamente R\$ 114.442 (R\$55.532 em 2015) e R\$ 91.554 (R\$44.426 em 2015), caso as perspectivas para sua recuperação fossem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. (\*\*) Inclui contratos de financiamento de veículos, baixados para prejuízo, que ainda não cumpriram o prazo de dedutibilidade previsto na Lei 9.430. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na lei 13.169 em 06 de outubro de 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até o ano de 2018.

**c) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferida passiva sobre as diferenças temporárias:**

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2016	2015	2016	2015
- Saldo inicial.....	(60)	(68)	(47)	(40)
- Realizações.....	60	8	47	(7)
- Saldo final (nota explicativa n.º 9 b).....	-	(60)	-	(47)

**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**
**a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:**

	Ativos/ (Passivos)		Receitas/ (Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
<b>Credial Empreendimentos e Serviços Ltda</b>				
Depósitos a vista.....	-	(302)	-	-
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	-	-	(2.794)	-
<b>Banco Societé Générale Brasil S.A.</b>				
Captações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	-	(46.097)
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	61.066	94.828	9.259	6.072
<b>Banco Cacique S.A.</b>				
Correspondentes.....	147	381	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	-	1.187
Captações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	(4)	(1.803)
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	(1.006)	(6.109)	(10.923)	(58.489)
<b>Cobracred Cobrança Especializada Ltda.</b>				
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	(13)	(142)	(574)	(4.695)
<b>Cacique Promotora de Vendas Ltda.</b>				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	49	-	-	-
<b>Societé Générale Corporate &amp; Investment Bank (Paris-França)</b>				
Valores a pagar para sociedades ligadas.....	-	(87)	87	(59)
<b>Resumo por conta:</b>				
Depósitos a vista.....	-	(302)	-	-
Correspondentes.....	147	381	-	-
Captações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	(4)	(47.900)
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa n.º 5).....	61.066	94.828	9.259	7.259
Valores a pagar para sociedades ligadas (notas explicativas n.º 9 c e n.º 19).....	(1.019)	(6.338)	(11.410)	(66.037)
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa n.º 9 a).....	49	-	-	-

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** - O Banco Pecúnia faz parte do Grupo Societé Générale Brasil e do qual também faz parte o Banco Cacique. A estrutura administrativa dos Bancos Cacique e Pecúnia é compartilhada, sendo os Administradores do Banco Pecúnia comuns ao Banco Cacique e apenas parte de suas atividades são dedicadas à administração do Banco Pecúnia. Dessa forma, esses Administradores recebem uma remuneração global paga e registrada pelo Banco Cacique onde substancialmente suas atividades são dedicadas. **c) O Banco Pecúnia efetua o ressarcimento ao Banco Cacique referente a estrutura administrativa compartilhada. No exercício de 2016 o montante de despesa a título de ressarcimento é de R\$10.923 (R\$58.489 em 2015). Outras informações:** I – Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2.º grau; b) Pessoa físicas ou jurídicas que participem do capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2.º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II – Participação acionária: A participação acionária no Banco, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estava assim representada:

	2016	2015
Ações ordinárias		
Banco Societé Générale Brasil S.A.....	608.489.004	615.127.380
<b>Total.....</b>	<b>608.489.004</b>	<b>615.127.380</b>

**19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
Despesas de água, energia e gás.....	(35)	(144)	(204)
Despesas de alugueis.....	(114)	(558)	(941)
Despesas de comunicações.....	(137)	(322)	(784)
Despesas com contribuições filantrópicas.....	-	-	(60)
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	(52)	(163)	(236)
Despesas de material.....	-	(6)	(124)
Despesas de processamento de dados.....	(2.097)	(4.190)	(5.691)
Despesas com relações públicas.....	-	-	(37)
Despesas de publicações.....	(12)	(82)	(81)
Despesas de seguros.....	(27)	(134)	(82)
Despesas com serviços do sistema financeiro.....	(243)	(604)	(3.410)
Despesas de serviços de terceiros.....	(300)	(602)	(2.535)
Despesas de serviços técnicos especializados.....	(5)	(33)	(86)
Despesas de serviços de cobrança, assessoria e consultoria - Sociedade Ligada (Nota explicativa n.º 18 a).....	(103)	(574)	(7.489)
Despesas de serviços de cobrança.....	(141)	(313)	(1.016)
Despesas de serviços de consultoria/ assessoria.....	(891)	(2.155)	(52.190)
Despesas de serviços de assessoria e consultoria - SG Paris (Nota explicativa n.º 18 a).....	87	87	(59)
Despesas com honorários advocatícios.....	(932)	(2.319)	(2.729)
Despesas de transporte.....	(3)	(38)	(549)
Despesas de viagem no país.....	-	-	(36)
Despesas de depreciação e amortização.....	(204)	(702)	(726)
Despesas de estrutura compartilhada (Nota explicativa n.º 18 c).....	(297)	(10.923)	(58.489)
Outras despesas administrativas.....	(247)	(745)	(3.605)
<b>Total.....</b>	<b>(5.753)</b>	<b>(24.520)</b>	<b>(141.159)</b>

**20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas.....	89	216	2.491
Variações monetárias.....	1.827	3.890	4.548
Reversão de provisão com processos trabalhistas (Nota explicativa n.º 11 c).....	-	205	119
Reversão de provisão com processos cíveis (Nota explicativa n.º 11 c).....	26	547	1.118
Reversão de provisão com processos fiscais (Nota explicativa n.º 11 c).....	103	103	5.607
Reversão de despesa com intermediação financeira em cessão de crédito.....	133	418	1.702
Reavaliação de ativos.....	-	-	2
Rendas de comissão sobre vendas de seguros.....	29	149	6.672
Reversão de provisão para perdas.....	-	-	25.757
Outras receitas.....	332	735	5.251
<b>Total.....</b>	<b>2.539</b>	<b>6.263</b>	<b>53.267</b>

**21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
Descontos concedidos.....	(428)	(1.219)	(4.388)
Despesas com juros e multas.....	-	(503)	(4.662)
Despesas com provisões com processos trabalhistas (Nota explicativa n.º 11 c).....	(4.501)	(9.388)	(2.278)
Despesas com provisões com processos cíveis (Nota explicativa n.º 11 c).....	(835)	(1.109)	(91)
Despesas com provisões com processos fiscais e previdenciárias (Nota explicativa n.º 11 c).....	(1.933)	(4.466)	(4.139)
Indenizações cíveis.....	(942)	(2.445)	(3.458)
Outras despesas.....	(1.767)	(3.001)	(3.385)
<b>Total.....</b>	<b>(10.406)</b>	<b>(22.131)</b>	<b>(22.401)</b>

**22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES** - O Grupo Societé Générale (França) ofereceu como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras (Banco Pecúnia S.A. e subsidiárias) planos de pagamentos baseados em ações. Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados em ações que estavam vigentes até 31 de março de 2016. Todos planos foram liquidados com entrega de ações do Societé Générale (França). I - Plano de ações livres - Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Societé Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Societé Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 13.440 ações foram alocadas aos 336 funcionários do Banco Pecúnia e subsidiárias. O plano estava dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de performance na qual o retorno sobre o capital (ROE) do Grupo Societé Générale atingisse 10% em 2012. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, estava condicionado à permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumentasse entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e "Corporate Banking"). O Societé Générale considerou na avaliação da quantidade de ações a serem empossadas "turn-over" de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações foi de 34,55 Euros e 33,15 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem. II - Plano de ações diferidas - Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Societé Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco Societé Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 1.237 ações e 395 opções de ações foram alocadas aos funcionários do Banco Pecúnia e subsidiárias. A outorga das ações estavam condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeita às condições de performance. Sendo que 50% das ações foram outorgadas aos beneficiários que estavam no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependeram do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE – "Return on Equity") do Grupo Societé Générale fosse igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance seriam empossadas; Caso o ROE fosse entre 10% e 15%, as ações seriam empossadas de acordo com a seguinte formula 10 x (ROE% - 5%), por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações seriam empossadas. (ii) o segundo critério se aplicou caso o ROE fosse inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e foi mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual foi comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA, BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Societé Générale ficasse entre os três primeiros colocados no "ranking" TSR seriam empossadas 50% das ações; se o SG ficasse entre a 4ª e 6ª. seriam outorgadas 25% das ações e caso ficasse após a sexta posição nenhuma ação seria empossada. O Societé Générale considerou para cálculo um "turn-over" de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações, calculado adotando o método de arbitragem, foi de 34,82 Euros por ação e o valor justo das opções foi de 11,54 euros por opção de ações. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital:

(continuação)	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
<div><p>Aos Acionistas e aos Administradores do <b>Banco Pecúnia S.A.</b></p><p><b>Opinião</b> - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Pecúnia S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pecúnia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. <b>Base para opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Ênfase - Suspensão da realização de novas operações de crédito</b> - Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração do Banco Pecúnia S.A., suspendeu a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações do Banco, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor</b> - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e</p></div>	<div><p>não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</b> - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p><ul style="list-style-type: none"><li>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li><li>• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.</li><li>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</li><li>• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.</li><li>• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</li></ul></div>
	<div><p>São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.</p><p><b>EY</b> ERNST &amp; YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6</p><p>Flávio Serpejante Peppe Contador CRC- 1SP172167/O-6</p></div>